

O SAMBA E A CIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA NO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS-RJ*

ENDERSON ALCEU ALVES ALBUQUERQUE¹

RESUMO

De pouca expressão no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis empresta ao município que a sedia um lugar de destaque no aspecto cultural em escala nacional e mesmo internacional. Devido a essa característica e a sua importância enquanto formadora de identidade, a agremiação foi apropriada pelo grupo familiar dos Abraão-Sessim, que passaram a utilizá-la como ferramenta política, associando o nome de seus membros às ações sociais da Escola de Samba, contribuindo, dessa forma, para o domínio político desse clã na cidade. Além disso, a politização dos dirigentes da agremiação contaminou a liberdade artística dos enredos, que passaram a representar os interesses políticos dos membros dirigentes, enaltecendo a ditadura militar nos anos de 1970. Dessa forma, o trabalho em questão pretende analisar a prática política, as articulações e o *modus operandi* que possibilitaram a esse clã familiar manter o controle político da cidade, tendo como pano de fundo o uso da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis.

Palavras chave: Nilópolis; Escola de Samba Beija-Flor; clã Abraão-Sessim; Domínio político.

ABSTRACT

THE SAMBA AND THE CITY: NA ANALYSIS SOCIAL POLITIC OF THE DISTRICT OF NILOPOLIS-RJ

Beija-Flor de Nilópolis, a samba school in Nilópolis, a city of little importance in the context of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ), lends to its city a prominent place in the cultural aspect in a national and international scale. Because of this characteristic and its importance as forming identity, Beija-Flor was appropriate by the family Abraão-Sessim, which used it as a political tool associating the name of its members to the social actions of the Samba School, contributing to the political dominance of this clan in the town. Moreover, the politicization of the leaders reduced the artistic freedom of the plotlines, to value the military dictatorship in the 1970s, representing this political interest. Accordingly, this work aims to examine political practice, the interactions, and the “modus operandi” that enabled the Abraão-Sessim clan to maintain the political control of the city with Beija-Flor de Nilópolis.

Key words: Nilópolis; Samba School Beija-Flor de Nilópolis; Abraão-Sessim clan; Politic domination.

INTRODUÇÃO

*Agradeço a colaboração do professor Elton Lima Barreto pela leitura crítica e correção do texto. Os equívocos persistentes são de inteira responsabilidade do autor.

¹ Professor das redes municipais de Mesquita e do Rio de Janeiro; Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); E-mail: endersonalbuquerque@yahoo.com.br

Este artigo pretende analisar a maneira pela qual se processou o domínio político familiar na cidade de Nilópolis e o reforço desse poder por meio da apropriação por parte desse grupo da instituição de maior prestígio da cidade: a Escola de Samba Beija-Flor. O recorte temporal utilizado para essa análise abrange o período compreendido entre os anos de 1973 – quando o primeiro membro da família supracitada assume o executivo municipal- até o período atual em que se verifica um abalo na estrutura política desse grupo com a perda do comando da prefeitura da cidade.

Devido a seu processo de ressignificação, a Baixada Fluminense passou a atrair, recentemente, a atenção dos pesquisadores sociais. Dessa forma, mesmo se tratando de um domínio político bastante consolidado na região, ainda são poucos os trabalhos que contemplem o caso da família Abrãao-Sessim e suas práticas políticas em Nilópolis. Nesse sentido, este trabalho pretende dialogar com as obras existentes, bem como apresentar contribuições acerca desse debate. A justificativa da pesquisa, bem como seu interesse, surgiu de alguns questionamentos do autor, morador da cidade de Nilópolis. Dentre esses questionamentos estava o de tentar compreender os porquês da estagnação dos quadros políticos da cidade quando os municípios vizinhos experimentavam constantemente renovações. O caminho de investigação escolhido para o trabalho foi o da lógica da descoberta, orientada pelo questionamento central, que visa analisar o uso político da agremiação supracitada e suas implicações socioeconômicas para o município em tela. Da questão central, desdobram-se subquestões, tais como: É possível atribuir, com clareza, o peso decisório da Escola de Samba no processo eleitoral na cidade de Nilópolis? De qual maneira o clã Abrãao-Sessim utiliza a agremiação carnavalesca para fins políticos?

Em um segundo momento nos concentramos na seleção e no levantamento bibliográfico. Depois de estudada a qualidade da bibliografia obtida, desenvolvemos os itens componentes do artigo, desde os conceitos trabalhados até entrevistas e possíveis anexos, passando por ilustrações. Posteriormente, acessamos sites sobre o assunto abordado; fomos a bibliotecas e à câmara municipal de Nilópolis para levantamento de bibliografia; pesquisamos e refletimos sobre os dados socioeconômicos do município conseguido por meio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da Fundação CEPERJ (Centro Estadual de Estatísticas Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro); pesquisamos jornais de época, para construirmos o histórico municipal, e também jornais atuais para reforçar a pesquisa.

O artigo resultante desses esforços foi dividido em duas partes. A primeira visa situar Nilópolis no contexto socioeconômico da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana do

Rio de Janeiro. Uma vez contextualizado nosso recorte espacial, a segunda parte se propõe a analisar a atuação da Escola de Samba Beija-Flor na cidade e suas implicações sociopolíticas no município em tela, bem como os processos que possibilitaram o domínio político da cidade para família que controla essa agremiação.

NILÓPOLIS NO CONTEXTO DA BAIXADA FLUMINENSE E DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

Nessa parte do trabalho, inicialmente apresentaremos as diferentes delimitações referentes à Baixada Fluminense e os motivadores do atual processo de ressignificação em curso na região. Pretendemos, também, rediscutir a conceituação de Nilópolis como “cidade-dormitório” no contexto da RMRJ.

A noção dos limites territoriais da região da Baixada Fluminense, não encontra consenso entre os pesquisadores. Dependendo do critério utilizado, o limite territorial e o número de municípios podem-se expandir ou retrair. Beloch (1986), por exemplo, considera apenas Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti como municípios pertencentes à Baixada Fluminense. Geiger e Santos (1955, p. 292-3) consideram Baixada Fluminense a área compreendida entre os municípios de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, e o de Mangaratiba. Para esse trabalho utilizaremos a delimitação territorial proposta pela Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana (SEDEBREM)², considerando como treze os municípios pertencente à Baixada Fluminense, a saber: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Japeri, Queimados, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Paracambi e Seropédica.

² Disponível em <www.sedebren.rj.gov.br>.

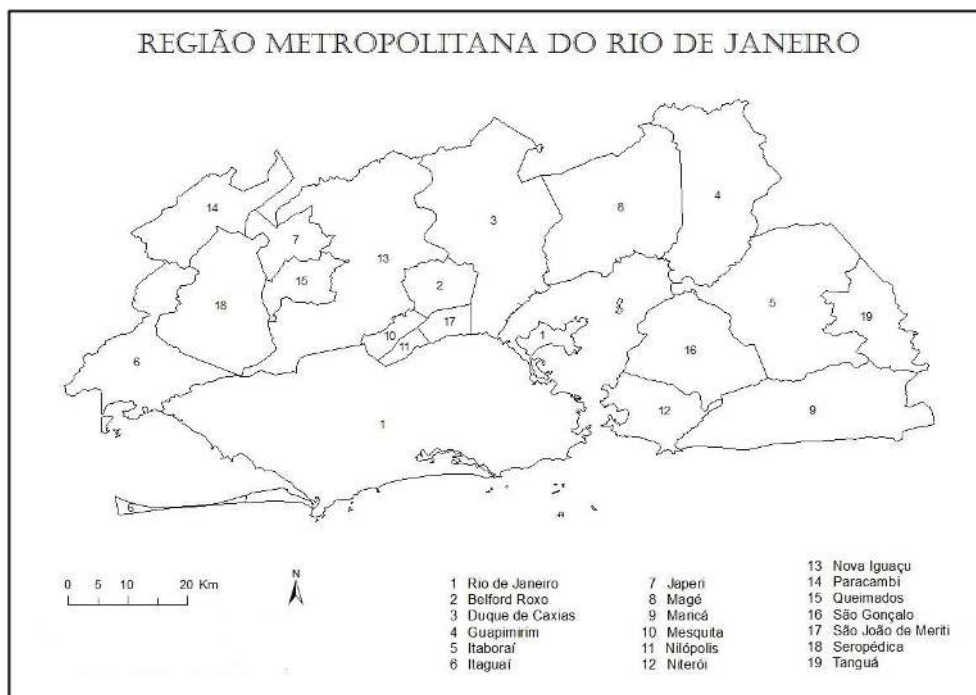


FIGURA 1 - Localização do município de Nilópolis na RMRJ

FONTE: www.baixarmapas.via12.com

Independentemente da ausência de consenso referente à delimitação territorial da região e suas respectivas controvérsias, o recorte adotado sempre foi associado à violência praticada pelos seus grupos de extermínio. Essa associação é fortemente consolidada no imaginário fluminense. Alves (2003, p. 15) relata o fato de uma deputada federal, que ao tomar conhecimento da chacina ocorrida no dia 30/08/1993 na favela de Vigário Geral, lamentou a tragédia ocorrida “naquela favela da Baixada Fluminense”. Essa declaração, além de apontar o desconhecimento de geografia fluminense da parlamentar, pois a favela em questão se localiza no subúrbio carioca, demonstra a associação direta estabelecida entre violência e Baixada Fluminense. Tal associação começa a ser superada a partir dos anos 1990, quando a Baixada Fluminense inicia um processo de ressignificação tanto socioeconômico quanto político partidário. Entretanto, enquanto a Baixada Fluminense passa a atrair novos fluxos financeiros e a promover alterações em seus quadros políticos, a cidade de Nilópolis, na contramão desse processo, não presencia alterações significativas nessas áreas.

Em um passado recente, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1990, o aspecto singular pertinente a todos os municípios componente da Baixada Fluminense, conferindo a esta seu caráter de região, foi o de ser uma área econômica e socialmente atrasada na qual proliferavam os grupos de extermínio e os mandonismos locais. A partir da década de 1990 a região passa a ganhar uma ressignificação devido às transformações ocorridas em alguns dos seus municípios. O dinamismo econômico verificado em cidades como Nova Iguaçu e Duque

de Caxias - compreendido na lógica do espraiamento da metrópole do Rio de Janeiro rumo a sua periferia imediata- possibilitou o aumento de arrecadação municipal favorecendo a melhoria da infraestrutura local. Além disso, o fortalecimento econômico arrefeceu, em certa medida, as migrações pendulares entre a Baixada Fluminense e o núcleo metropolitano e entre os municípios desta região.

Quanto ao estereótipo de local violento, a região passa, a partir do início da década de 1990, a vivenciar o declínio dos grupos de extermínio e seus congêneres, seja pela morte de seus expoentes máximos, seja pelo surgimento e expansão dos grandes grupos de narcotraficantes que acabaram por sufocar, quando não por aglutinar, os grupos pré-existentes. Tal processo não se restringiu a Baixada Fluminense, se estendeu para a cidade do Rio de Janeiro com ênfase nas favelas das zonas norte e oeste. Deslocaram-se, assim, os “holofotes” midiáticos de violência, centrados até então na Baixada Fluminense, para os bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista político-social, o domínio político-hereditário de algumas famílias encontra-se atualmente em declínio, verificando-se atualmente no panorama político da Baixada Fluminense alternância de nomes no poder municipal. Por conta dessas transformações, a Baixada Fluminense encontra-se em meio a um intenso processo de busca de identidade, ambicionando romper com seu passado recente que tanto contribuiu para a maneira caricatural pela qual foi enxergada por muito tempo. Ao compor uma área extremamente estereotipada como a Baixada Fluminense, a cidade de Nilópolis também passa a buscar sua ressignificação. Porém, sem a mesma força econômica de cidades vizinhas como Nova Iguaçu e Duque de Caxias, e sem possibilidades de expansão urbana e industrial devido a sua pequena extensão territorial (9 km²), Nilópolis vai se caracterizar na década de 1980 como uma “cidade-dormitório”. Enquanto a cidade de Duque de Caxias absorvia 50,7% da mão de obra local e Nova Iguaçu- mesmo englobando a época os municípios de Belford Roxo, Japeri e Queimados- absorvia 44,7%, a cidade de Nilópolis absorvia nesse mesmo período apenas 35,2% da mão de obra local.

O elemento caracterizador mais marcante de Nilópolis como uma “cidade-dormitório” na década de 1980 era a incapacidade das suas atividades econômicas em absorver a mão-de-obra local. Essa questão tomou proporções mais drásticas com o aumento populacional que em 80 anos, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, apresentou um aumento superior a 3.000%. Como o município tem uma extensão territorial pequena, sua densidade demográfica é próxima a 8.016,6 hab./km², sendo a segunda maior densidade demográfica do Estado, atrás apenas de São João de Meriti.

Entretanto, a análise dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, apontam um período de decréscimo populacional da cidade em tela. Em 1991, 158.092 indivíduos residiam na cidade. Em 2000 esse número caiu para 153.712, voltando a subir para 157.483 em 2010. Contudo, a posição da cidade no total populacional do estado vem declinando. Em 1991 Nilópolis era o 14º município mais populoso do estado, em 2000 passou a ser o 16º e em 2010 caiu para 19º posição. O esvaziamento demográfico de Nilópolis pode ser explicado em parte pela alta densidade demográfica municipal que verticalizou a cidade, por conseguinte, encarecendo-a, e também pelo surgimento de uma área próxima com melhor infraestrutura. Nesse caso a chegada do metrô à Pavuna, bairro carioca mais próximo de São João de Meriti, teria tornado esta uma área de atração populacional em detrimento do município nilopolitano.

Os municípios limítrofes tiveram nesse mesmo período aumento de população. Contudo, não é possível afirmar que o declínio populacional da cidade nilopolitana esteja alimentando os municípios vizinhos. Entretanto, a cidade é a única da Baixada Fluminense que perdeu população nesse período - exceção feita à Nova Iguaçu que teve uma perda populacional maior devido às emancipações dos municípios de Japeri (1991) e Mesquita (1999). O fenômeno de diminuição populacional geralmente ocorre em cidades com infraestrutura deficitárias. Essa característica não se adéqua ao caso de Nilópolis. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade é de 0.788, o mais elevado da Baixada Fluminense e terceiro melhor da área metropolitana, atrás apenas dos municípios de Niterói (0.886) e do Rio de Janeiro (0.842).

A cidade apresenta índices econômicos pífios quando comparada aos de outros municípios da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana. As receitas tributárias dos municípios da Região Metropolitana, em 2007, foram de R\$ 208.713.877 (em R\$ 1.000), segundo dados do IBGE. O município nilopolitano, nesse mesmo período contribui para a RMRJ com uma arrecadação tributária de R\$ 1.198.642, correspondendo a apenas 0,57% do PIB total dessa região.

Contudo, houve uma modernização paulatina do setor de comércio do município nos últimos anos. Os pequenos estabelecimentos foram aos poucos sendo substituídos por empresas de grande e médio porte. Com a inauguração do Shopping Nilópolis Square, o comércio apresentou considerável incremento, ajudando a cidade a superar a condição de “cidade-dormitório”, conforme aferição feita pelo Censo Demográfico de 2000, acusando que a cidade passou a absorver 51,9% da mão-de-obra local. A superação da condição de “cidade-dormitório” como a observada em Nilópolis, segundo Lago (2000, p. 147), se explica pelo maior dinamismo econômico verificado em centros periféricos da RMRJ, ampliando o

mercado de trabalho local, e por conta da crise econômica a partir de 1980, que reduziu a oferta de trabalho no núcleo metropolitano. Ainda segundo a autora, a capacidade de absorção de mão de obra local pode, também, estar condicionada a um componente perverso da expansão econômica:

Uma primeira explicação para tal fenômeno seria que o aumento da imobilidade espacial dos trabalhadores estaria relacionado à expansão da economia informal precária nas áreas periféricas, inclusive nas mais distantes do centro, evidenciando uma descentralização econômica ‘perversa’, ou seja, áreas populares desconectadas do centro, abrigando uma economia precária de ‘autossustentação’. Em outras palavras, o ‘ganho’ com a proximidade do trabalho estaria atrelado à perda quanto à natureza desse trabalho (Lago, 2000, p. 147).

No caso da cidade em tela, o percentual de pessoas que moram e trabalham na própria cidade é de apenas 51,9%, garantindo-lhe numericamente a superação do estigma de “cidade-dormitório” em apenas 1,9%. Conforme aponta Lago, a ampliação da oferta de trabalho na periferia pode estar relacionada tanto à economia formal quanto à informal.

A análise dos dados da cidade de Nilópolis permite considerar, de maneira meramente estatística, que o setor informal contribui para a superação de sua condição de “cidade-dormitório”. Apenas como exercício de reflexão cabe considerar que a taxa de informalidade em cidades médias, como é o caso de Nilópolis, segundo dados do PNAD/IBGE, era no ano de 1999 de 39,9%. Ainda que Nilópolis apresente características distintas em relação à realidade nacional dificilmente sua taxa de informalidade será inferior a 2%. Essa reflexão, para o caso de Nilópolis, abre a possibilidade para questionamentos mais profundos: até que ponto a análise fria de dados numéricos dão conta de abarcar a complexidade conceitual de “cidade-dormitório”? Essa conceituação pode ser quantificada sem correr o risco de tornar-se imprecisa? Desse modo, do ponto de vista estatístico a afirmação da superação de Nilópolis de sua condição de “cidade-dormitório” é verdadeira. Entretanto, sua elevação a “cidade plena” se dá por uma margem frágil e se alicerça no setor informal caracterizado, sobretudo, pela sua fugacidade.

A cidade de Nilópolis, a exemplo das demais cidades da Baixada Fluminense, passou por um intenso processo de resignificação tanto econômico quanto social. Entretanto, a cidade não despontou como protagonista nesse novo cenário devido a sua pouca expressividade econômica. Em um primeiro momento, ela apresentou fortes traços de “cidade-dormitório”, sendo “sufocada” pelo crescimento vertiginoso de municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, mais preparados na ocasião pra receber os capitais antes preferenciais da cidade do Rio de Janeiro. Tendo como base os dados relacionados à porcentagem de população ocupada

(LAGO, 2000), podemos afirmar que a superação dessa condição ocorreu recentemente, nos autorizando a concluir que houve melhorias no setor de trabalho em Nilópolis, fruto direto do incremento das atividades do comércio local.

No campo político, enquanto a Baixada Fluminense passou por um processo de notável alteração em sua representação política na esfera municipal no qual quadros políticos históricos foram paulatinamente substituídos por novas lideranças, o município de Nilópolis, mais uma vez, se colocou à parte desse processo de mudança política observado na região. O clã Abraão-Sessim manteve-se firme no comando do cenário político municipal. Dessa forma, a parte seguinte deste trabalho pretende analisar o *modus operandi* que possibilitou a esse clã a manutenção do controle político da cidade, apesar das profundas alterações pelas quais passou a Baixada Fluminense.

O SAMBA E A CIDADE: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS VIA UMA ESCOLA DE SAMBA

Em 20 de junho de 1947 ocorre a emancipação de Nilópolis, frente ao município de Nova Iguaçu. Na eleição de setembro daquele ano, João de Moraes Cardoso Junior, do partido UDN (União Democrática Nacional) foi eleito o primeiro prefeito da cidade com 2.269 votos. Cardoso sofreria, 24 anos depois, um golpe fomentado pelo um novo grupo político que surgia no tabuleiro político de Nilópolis: o clã Abrãao-Sessim³. A gênese do domínio político desse grupo ocorre com a ascensão de Getúlio de Moura ao poder municipal de Nova Iguaçu por meio de um golpe.

Quando ocorreram as emancipações, Getúlio de Moura, temendo perder o prestígio político, colocou correligionários seus em cada um dos novos municípios. Em Duque de Caxias o escolhido foi Tenório Cavalcante (emblemática figura que simboliza a conjunção entre política e violência, tão em voga na região); em São João de Meriti a família Hazuk e em Nilópolis o escolhido foi o clã Abraão-Sessim. Descendentes de sírio-libaneses, os membros desse clã se instalaram na cidade de Nilópolis na década de 1930. Aos poucos a família foi se enriquecendo e, ao contrário dos imigrantes judeus que ao se capitalizarem deixaram a cidade, os sírio-libaneses se mantiveram e passaram a se engajar na política. Com a emancipação em 1947, esse grupo, que funcionava como suporte político de Getúlio de Moura em Nilópolis, então 4º Distrito de Nova Iguaçu, passou a ter um município pra chamar de “seu”.

³ O termo clã tem por base conceitual Viana (1955 *apud*. BAIA, 2006, p.27) segundo o qual se refere há um grupamento de interesse político patrimonial centrado na descendência familiar, seja ela unilinear ou multilinear, patrilínea ou matrilinear, incorporando também pessoas externas à família através de compadrios.

Com o Golpe Militar de 1964 os integrantes desse clã se alinharam ideologicamente com a nova ordem estabelecida. Seus integrantes filiaram-se ao Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido que dava suporte político ao regime militar. A Baixada Fluminense, devido a sua concentração populacional, era de extrema importância no contexto estadual. Por conta disso, havia constantes intervenções militares na estrutura política da região. A proximidade com o regime permitiu ao clã se beneficiar dessas intervenções. Em fevereiro de 1970 o prefeito de Nilópolis, João Cardoso, eleito para o cargo pela segunda vez em 1967, é cassado sob suspeita de boicote ao regime. Seu delator e primeiro secretário da câmara municipal era Miguel Abrãao David. Aniz Abrãao David ocupava, à época, o cargo de vereador. A partir desse momento teve início a conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção em Nilópolis (ALVES, 2003, p. 104).

Embora Alves sustente que o clã foi “escolhido” para receber politicamente a cidade de Nilópolis pelas mãos de Getúlio de Moura, membros desse grupo familiar começaram a aparecer no comando executivo municipal somente na década de 1970. Nas eleições municipais de 1972, Simão Sessim tornou-se prefeito e seu primo, Miguel Abrãao David presidente da câmara municipal. Na eleição seguinte, o clã não elegeu Nelson Abrãao para o executivo da cidade, entretanto elegeu representantes nos legislativos federal e estadual: Simão Sessim tornou-se deputado federal e Jorge David deputado estadual.

Em São João de Meriti houve o surgimento de novas lideranças não alinhadas à família Hazuk, como Aldimar dos Santos, o Mica, eleito prefeito em 1992. Sua vitória, segundo Simões (2008, p. 250) “é um indicador da decadência das antigas lideranças de São de Meriti”. Em sentido contrário ao caso meritiense, em Nilópolis o poder do grupo Abrãao-Sessim não se esvaziou: desde que apareceram no cenário executivo municipal em 1972 com Simão Sessim, a cidade teve onze prefeitos, entre os quais cinco eram pertencentes diretos ao clã, três tinham laços políticos sólidos com a família e apenas outros três eram de fato oposição ao grupo.

No primeiro grupo, daqueles pertencentes diretos ao clã estão os mandatos de Simão Sessim (1973 a 1977), Miguel Abrãao (1983 a 1988), Jorge David (1989 a 1992), Farid Abrão (2001 a 2008) e Sérgio Sessim (2009 a 2012). Na eleição de 1992, Miguel Abrãao tentou reassumir a prefeitura de Nilópolis após o mandato de seu irmão Jorge David, porém uma nova liderança surgia na cidade no rastro da popularidade de Leonel Brizola, que em 1990 ocuparia pela segunda vez o governo estadual. O “Brizolismo” fez com Manoel Rosa, o Neca, se candidatasse à prefeitura da cidade pelo PDT, partido do governador. Em uma disputa acirrada Neca foi eleito prefeito da cidade vencendo Miguel Abrãao. Embora tenha se

utilizado da legenda pedetista, não se pode afirmar, de maneira categórica, que a eleição de Neca pudesse ser creditada apenas ao brizolismo ou mesmo se caracterizasse como um enfraquecido do poder do clã no executivo municipal. Isso porque em 1992 o PDT só elegeu Neca em Nilópolis e Altamir Gomes em Nova Iguaçu e ambas as eleições se devem muito mais às rachaduras dos grupos tradicionais dessas cidades do que propriamente influência brizolista (SIMÕES, 2008, p. 250). Soma-se a isso o fato de que, no caso nilopolitano, a eleição de Neca não podia ser encarada, em um primeiro momento, como uma derrota total do projeto político dos Abraão-Sessim. A iniciação política dele se deu sob as asas do clã libanês quando foi eleito vereador da cidade, logo seu nome ainda era associado ao grupo político familiar hegemônico na cidade. Pouco antes das eleições municipais de 1992, Neca rompeu com o clã e se filiou ao PDT de Brizola.

Nas eleições municipais seguintes, em 1996, o clã amargou uma nova derrota. Pretensiosamente respaldado com cinco mandatos de Deputado Federal, Simão Sessim concorreu à vaga de prefeito da cidade contra José Carlos Cunha (PDT), candidato do prefeito em exercício. Valendo-se da boa aprovação do governo anterior, Cunha venceu as eleições municipais. Porém, ao contrário de seu antecessor, Cunha teve um governo mal avaliado e, após oito anos, a gestão municipal voltou ao comando dos sírio-libaneses em 2000 com Farid Abraão.

Neca e Cunha, embora se coloquem como quadros de oposição aos sírio-libaneses, deve-se esclarecer que ambos não surgiram na política como opositores ao projeto político desse clã. Eles se favoreceram dele e no momento em que julgaram mais conveniente romperam com o grupo e somente a partir daí passaram a se colocar como uma força contrária. Cunha, antes de se aliar a Neca, havia sido secretário do governo de Miguel Abraão.

O surgimento de Osvaldo Costa, o Ratinho, no executivo municipal é de análise um pouco menos complexa e mais teatral. Vereador da cidade por três mandatos, o vereador foi convidado a ser vice-prefeito na chapa que teria Farid Abraão como cabeça para as eleições municipais de 2000. O clã utilizou com Ratinho o mesmo artifício que usara com Neca uma década antes ao trazer para seu lado uma nova liderança que podiam abalar sua máquina política. Assim como Neca, embora vice-prefeito na chapa de Farid Abraão no mandato 2001-2004, Ratinho rompeu com o clã momentos antes da eleição e lançou-se candidato a prefeito em 2004 pelo PDT. Ratinho não foi eleito, ficando em segundo lugar com 30,76% e ao contrário do que acontecerá com Neca, a ruptura de Ratinho com o grupo não passou de uma encenação política que objetivava diluir os votos entre os candidatos opositores, diminuindo

suas possibilidades de chegarem à prefeitura municipal. A estratégia mostrou-se acertada e Farid Abrãao foi reeleito prefeito com 58,67% dos votos.

Com o dever devidamente cumprido, Ratinho é novamente convidado e ser vice-prefeito na candidatura do clã nas eleições municipais seguinte de 2008 em chapa encabeçada por Sérgio Sessim. Seu nome de vice emprestaria experiência à primeira candidatura do filho do deputado Simão Sessim. Nessa eleição não havia mais necessidade de dividir a oposição com candidaturas forjadas, pois os próprios opositores já haviam se encarregado disso. Neca, pelo PMDB e Alessandro Calazans pelo PMN, principais opções aos libaneses, saem candidatos a prefeito, dividem os votos da oposição e abrem espaço para eleição de Sérgio Sessim. Devido a problemas de saúde de Sérgio Sessim, Ratinho assume interinamente a prefeitura em 2012.

Nas eleições municipais de 2012, a oposição se une de forma forçada em torno da candidatura de Alessandro Calazans, por conta da impugnação de Neca. Apesar dessa união e do baixo índice de aprovação do mandato de Sérgio Sessim, que tentava a reeleição, Calazans vence a eleição por uma diferença de apenas 1,85% e se torna o terceiro prefeito da cidade não vinculado ao clã Abrãao-Sessim desde que estes assumiram a prefeitura da cidade. Nessa condição antes dele só havia João Batista da (1977-1981) e Zélio Sabino Barbosa, prefeito interino de 1981 a 1982.

Assim, passados 41 anos desde que o primeiro membro do clã libanês assumiu a prefeitura de Nilópolis, em apenas oito desses anos o executivo municipal não esteve em seu comando de forma direta ou indireta por meio de seus aliados. Convém ainda salientar sua proeza nos legislativos municipal, estadual e federal. Desde o ano de 1972 o clã mantém ao menos um representante direto na câmara municipal de Nilópolis. Na esfera estadual os sírio-libaneses da cidade só não tiveram representante na legislatura de 2007-2010. Desde 1978, Simão Sessim representa o grupo na câmara federal sendo o deputado mais antigo da casa com nove mandatos consecutivos.

Em um primeiro momento, o surgimento desse grupo se explica por conjunturas políticas específicas, como o pós-30 e o golpe militar de 64, nas quais as violências pessoal e institucional funcionavam como peça principal de dominação em favor dos grupos alinhados a seus mandatários. Todavia, tal explicação tem validade para um determinado período histórico específico apenas. Como explicar, então, a manutenção do poder político dos Abrãao-Sessim no momento atual, quando as estruturas sociopolíticas solidificados nesses períodos na Baixada Fluminense se fragmentaram ou entraram em decadência? Para

respondermos essa questão contemplaremos a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis e sua utilização por parte desse grupo.

Em 1935, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, oficializou as escolas de samba forçando-as a ter Estatutos Sociais e Alvará. Cumpridas essas exigências, era-lhes dada a sigla GR (Grêmio Recreativo), permitindo-lhes vida jurídica legal e uma verba pública para fomentar seu carnaval. Nesse contexto, a Beija-Flor, como é popularmente conhecida, que nascera no ano de 1948 sob o nome de Associação Carnavalesca Beija-Flor, passa então a denominar-se, a partir de 1954, “Grêmio Recreativo Beija-Flor”. Nesse mesmo ano a escola da Baixada Fluminense apresenta o enredo “O caçador de Esmeraldas” tratando dos Bandeirantes e suas contribuições para o desbravamento territorial do Brasil. Sagra-se, já no ano de sua estreia, a campeã do carnaval do então Grupo 2. No ano seguinte, 1955, a escola faz sua primeira apresentação no Grupo Especial. Porém, somente 21 anos (1976) após o ingresso no Grupo Especial, a escola ganha seu primeiro carnaval na elite do samba fluminense, sob o comando do revolucionário carnavalesco Joãozinho Trinta, que houvera sido campeão nos anos anteriores pelo Acadêmicos do Sanguêiro e fazia sua estreia pela azul e branco de Nilópolis.

Esse título entrou não somente para a história da Beija-Flor, como também para a história do Carnaval da cidade do Rio de Janeiro: era a primeira vez que uma Escola de Samba fora do quarteto tradicional - Portela, Império Serrano, Mangueira e Sanguêiro-, ganhava um carnaval no então chamado Grupo 1. O enredo daquele ano, bastante emblemático, “Sonhar com rei dá leão”, era uma clara alusão ao jogo do bicho. Emblemático, porque um ano depois, em 1977, a escola passa a ser dominada oficialmente pelo grupo do “bicheiro” Aniz Abraão David.

Os populares blocos carnavalescos, para conseguirem colocar seu “carnaval na rua”, precisavam de ajuda financeira da comunidade onde estavam inseridos. Os maiores financiadores locais eram os “bicheiros”. Esses grupos foram paulatinamente ganhando espaço dentro das agremiações até assumirem a presidência das mesmas. Além da Beija-Flor, com Aníz Abraão, outras escolas de samba como a Portela e a Mocidade Independente de Padre Miguel, com Natal e Castor de Andrade, respectivamente - para limitarmos aos casos mais notórios - sofreram também esse processo. Enquanto na Portela e na Mocidade o domínio dos contraventores diminuiu em decorrência da morte de seus “patronos” e da divisão entre seus grupos familiares, na escola da Baixada o poderio da família Abraão só fez crescer. O atual presidente, Farid Abraão, é irmão do presidente de honra, o próprio Aniz Abraão.

Esse grupo passa a usar o prestígio da instituição para uso político eleitoral próprio, vinculando o nome dos membros do clã aos projetos sociais realizados na cidade pela família via Beija-Flor, dentre os quais se destacam uma creche, um educandário e um centro de atendimento à comunidade. Além das atividades sociais mais abrangentes, outras de cunho mais imediatistas contribuíram para a popularização da Escola de Samba na cidade, como a doação de brinquedos, roupas e doces feita anualmente na quadra da Escola de Samba no dia das crianças, e também, a doação de 6.000 cestas básicas mensais aos moradores da cidade, segundo o site da Escola. A agremiação desfila no carnaval com a maior parte dos componentes da própria comunidade, cerca de três mil. Considerando que a Agremiação desfila com quatro mil componentes em média, o somatório dos integrantes da cidade entre aqueles que desfilam pela escola gratuitamente corresponde a 75% do total. Enquanto as demais Escolas de Samba tinham como rainhas de bateria personalidades midiáticas sem nenhum vínculo com a comunidade, na Beija-Flor essa escolha era feita entre as passistas moradoras da cidade. Assim foi com Sônia “Capeta” ocupante do cargo até o ano de 2002 quando passou a função para a jovem Raíssa, também moradora da cidade.

A direção da Escola, ao acrescentar ao final do nome da Agremiação o nome da cidade, solidificou, de maneira mais evidente, a associação já existente entre o município e a agremiação. A cidade passou ser “vendida” e conhecida, tanto no cenário nacional quanto no internacional, por meio da Beija-Flor. Ao “vender” a cidade via Beija-Flor, a agremiação, sobretudo nos meios midiáticos, acaba sobrepondo-se a toda uma cidade. A associação entre a cidade de Nilópolis e a Escola de Samba acaba por fazer crer que a existência da primeira depende da presença da segunda. Dessa forma, Nilópolis não é mais uma cidade sediando uma Escola de Samba e sim a Beija-Flor que passa a ser uma Escola de Samba dominando uma cidade, como veremos mais à frente.

A primeira vez que um membro do clã assumiu a presidência da Beija-Flor foi de forma interina em 1966 com Aniz Abrão David. A partir daí até o momento atual, a agremiação só não foi presidida por um Abrão David em dois momentos: entre 1966 e 1972 com Heitor Silva (aliado do clã) e entre 1992 e 1993 quando assumiu o vice-presidente, Luiz Carlos Duarte Baptista, devido a problemas de saúde do presidente à época, Nelson Abrão (membro do clã). Além dos Abrão já citados, presidiram a escola ainda Farid Abrão (1984-1992, 1994-2001 e 2013 até presente data) e Nelsinho Abrão (2012-2013). Convém salientar dois pontos sobre a presidência da agremiação. Primeiro, os Sessim não se envolvem diretamente na gestão da escola de samba, limitam-se ao ramo político. Segundo, a escola embora tenha um presidente oficial que responde legalmente por suas ações e se expõe nos

meios midiáticos, é gerida, de fato, por seu “presidente de honra”, Aniz Abrãao. A estratégia de pôr outro nome como responsável legal pela escola é usada como forma de desassociar a imagem da agremiação com a contravenção da qual Anízio, como é popularmente conhecido, é um dos maiores ícones fluminense.

A Escola de Samba cria uma identidade muito forte entre os moradores de Nilópolis, que veem nela a maior representatividade municipal devido a sua capacidade de levar o nome da cidade para escalas maiores. Todo esse apelo simbólico emanado pela instituição foi apropriado pelo grupo sírio-libanês e convertido para uso político próprio. Ao assumir a presidência da Escola e, conseqüentemente, se colocar como representante da mesma, os membros do clã “obrigavam partidos e máquinas políticas interessados em explorar o reduto eleitoral da escola a se relacionarem com eles” (BEZERRA, 2010, p 7). Dessa maneira, o domínio da Escola de Samba ampliou, consideravelmente, as possibilidades políticas dos Abrãao-Sessim. Sant’anna Junior (2010, p. 42) refletindo sobre a questão colocada diz que ao mesmo tempo em que esse grupo construía um território simbólico por meio da agremiação, havia, simultaneamente, a construção de um território funcional.

O território, seja ele simbólico ou funcional, é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, conforme Souza (2010, p. 78). Arendt (1985 *apud* Souza, *op cit*, p. 80), por sua vez, afirma que o “poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe enquanto o grupo se mantiver unido”. Corroborando com esse pensamento para o caso em questão, Sant’anna Junior (2010, p. 8) entende que em Nilópolis a população se deixaria comandar. Nesse caso, segundo o autor, “o indivíduo não é coagido a legitimar o território através da força, mas sim conquistado através dos elementos positivos que a Escola de Samba produz”.

Aquilo que Sant’anna Junior (*op cit*) entende como “força” aparece em Arendt (1985) mais próximo a noção de violência. Segundo a autora, a violência (força), diferentemente do poder, se caracteriza por seu “caráter instrumental”, aparecendo em proporção inversa ao poder: a violência é mais constante quanto menor for o poder, logo, menos uso de violência reflete maior poder. Assim, o poder do clã seria legítimo visto não haver uso da força para sua efetivação, conforme Sant’anna Junior (2010). Entretanto, essa visão se atém apenas às aparências das coisas em detrimento de uma análise mais profunda. A democracia na qual os membros da família são eleitos não exclui eventuais formas de violência, apenas legitimam, do ponto de vista legal, suas vitórias. As porcentagens das urnas, tanto na Escola de Samba quanto nas eleições municipais, mostram a ponta do processo, não sendo capaz de contar a história por trás dos números. Assim, tais números nem sempre podem expressar com

fidelidade uma legitimidade isenta de força, de violência e coerção. Refutamos, dessa forma, o argumento harmônico e, de certa forma ingênua, de associar direta e inequivocamente democracia e legitimidade para o caso em questão. Concordamos com Baía (2006) por trazer um entendimento mais crítico em comparação ao explicitado por Sant’anna Júnior. Em seu trabalho, no qual traça um paralelo entre a forma de poder existente em Nilópolis e na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, sentencia:

apesar das transgressões da lei e da violência como fator estruturante do poder local, no Município de Nilópolis não encontramos uma ruptura com o estado de direito, mas sim o seu reforço por meio das instituições, sejam oficiais (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou sociais (clubes, agremiações, associações, etc.). Dessa forma, a luta pelo controle do poder local, ou seja, o controle do território e da população (Santos, 1980b), se dá dentro das regras formalmente estipuladas pela democracia representativa, com todas as distorções e manipulações incrustadas no aparato legal e na cultura política legitimada no país (Baía, 2006, p. 17).

Queremos esclarecer que esse trabalho não tem como escopo tecer críticas à Escola de Samba Beija-Flor, entendemos que na conjunção entre Nilópolis e ela a via de benefícios é de mão-dupla, ambas podem se beneficiar dessa associação. O que apontamos como danoso nessa relação para a cidade não é a presença da Escola de Samba, e sim seu uso como forte papel de domínio político-eleitoral de um grupo que se apossou de uma instituição para uso privado, pois além de conseguir os votos dos nilopolitanos nas eleições, o clã se utiliza da agremiação de forma ideológica, apresentando enredos que lhe sejam convenientes politicamente, como forma de agradar ao grupo político dominante, não importando o espectro político ao qual esse grupo pertença. Dessa feita, passemos agora a discorrer sobre a capacidade desse clã de se moldar ideologicamente às circunstâncias políticas e o uso político-ideológico da Escola de Samba.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, político de esquerda, é eleito presidente da República e a Beija-Flor apresenta no ano seguinte o enredo “O povo conta a sua história: “Saco vazio não pára em pé” - A mão que faz a guerra faz a paz” no qual enfatizava as mudanças sociais no país ao mesmo tempo em que exalta a figura do presidente Lula. Esse mesmo expediente já havia sido usado antes. Durante o período militar, em 1974, ainda no grupo de acesso, a Escola de Samba apresenta o enredo: “Brasil ano 2000”. Sob o comando da carnavalesca Rosa Magalhães, a agremiação azul e branca de Nilópolis reproduzia na avenida o discurso dos militares que governavam a nação antevendo o êxito de seus projetos. O samba enredo daquele ano afirmava: “(...) No Brasil no ano dois mil/ Quem viver verá/

Nossa terra diferente/ A ordem do progresso/Empurra o Brasil pra frente”. No ano seguinte, com o enredo “Grande Decênio”, a escola festejava os primeiros dez anos do regime de exceção enaltecendo os avanços nas políticas sociais, educacionais e econômicas do governo militar. Nessa década, a Escola passou a ser vista como agremiação “oficial do regime”, que tentava reverter por meio do Samba a crescente impopularidade pela qual passava, conforme indica Bezerra (2010).

A Beija-Flor passou a se notabilizar pela ousadia dos seus enredos e pelo luxo dos seus carnavais, sobretudo entre os anos de 1976 e 1992, período em que teve seus carnavais assinados pelo carnavalesco Joãozinho Trinta. O lendário enredo de 1989, “Ratos e Urubus, larguem minha fantasia”, embora não tenha dado o título daquele ano à escola, é considerado por muitos o mais revolucionário da história do carnaval. Naquele ano a agremiação renovou tanto no aspecto estético quanto no social. Ao invés do luxo com que costumeiramente apresentava seus carnavais, o público foi surpreendido inicialmente com um desfile de mendigos, sucata, lixo, miséria e farrapos. A partir do terceiro carro alegórico, o luxo sempre reinante nos desfiles assinados por Joãozinho Trinta na Beija-Flor voltaria a se fazer presente, agora não mais como recurso estético e sim como forma de denunciar as disparidades sociais reinantes no país.

O carnavalesco pensou em utilizar a imagem do maior símbolo da cidade do Rio de Janeiro em um de seus carros: o Cristo Redentor, ao invés do luxo usual, viria para Marques de Sapucaí vestido de mendigo. A Arquidiocese do Rio não gostou da ousadia e por meio judicial impediu a exibição da imagem do Cristo-mendigo. O carnavalesco decidiu tapar a imagem com sacos plásticos e colocar por cima dela uma faixa escrita: “mesmo proibido, rogai por nós”. A imagem do Cristo proibido passa a ser uma síntese da ousadia e da genialidade de Joãozinho Trinta e a polêmica com a Igreja Católica contribuiu ainda mais para a mistificação desse enredo.

O enredo de 1989 foi além das revoluções estéticas. Foi a primeira vez que a Beija-Flor apresentou na avenida um enredo que tocasse na questão social do país de forma crítica, sem reproduzir o discurso oficial do governo como visto nos enredos da década de 1970. Uma pena é a simples constatação que esse enredo só é apresentado após o fim do regime de exceção no Brasil, dando-nos a impressão de que a temática referente ao enredo poderia soar como uma crítica ao governo militar que havia sido tão benevolente com a agremiação. A crítica social e política do país, de forma mais contundente, se encerra no mesmo ano de 1989. Daí pra frente, a escola retoma seus enredos de enfoque cultural e históricos. Essa escola, sempre presente na vanguarda no tocante à ousadia estética de seus enredos, retoma seu

conservadorismo no tratamento das questões políticas. “Ratos e Urubus, larguem minha fantasia”, infelizmente, devido a sua repercussão, mostrou ser apenas uma lacuna e não a constância da Escola de Samba. Quando a escola retoma o debate social no ano de 2003, ao discutir a fome no país, o faz de maneira tendenciosa, como posto anteriormente, e não de forma verdadeiramente crítica.

Os desfiles das Escolas de Samba do grupo especial do Rio de Janeiro cresceram consideravelmente nas últimas décadas. O “maior espetáculo da Terra” passou a atrair atenção cada vez mais crescente das iniciativas privada e pública. A partir daí, e de forma mais aguda nos anos 1980, mesmo com os subsídios da prefeitura do Rio de Janeiro a partir de 1975, os enredos patrocinados se proliferam no sambódromo carioca. Os patrocínios financeiros trazem benefícios tanto à escola quanto à empresa ou ao governo patrocinador. Porém, o patrocínio ideológico é o mais perigoso, já que a agremiação se comercializa pondo a serviço de uma determinada instituição seu prestígio e popularidade e o faz de maneira velada, imperceptível à maior parte da população. Todo enredo levado à avenida carrega consigo um pouco de ideologia da parte daqueles que o realizaram. Tal ideologia é salutar quando expressa algo em que tal grupo acredita, o que não notamos na postura da Escola de Samba em questão posto que seu enfoque sempre variou de acordo com os interesses político-partidários de seu grupo dirigente.

Problema maior é quando o patrocínio financeiro garante o patrocínio ideológico: caso emblemático ocorreu com a Beija-Flor em 2010. Nesse ano a escola de Nilópolis apresentou o enredo “Brilhante ao Sol do Novo Mundo, Brasília do Sonho à Realidade, a Capital da Esperança”, comemorando os 50 anos de aniversário da capital federal. A agremiação mais uma vez se mostrou tímida em suas críticas no tocante à política ao não citar, em momento nenhum do desfile daquele ano, os escândalos de corrupção pelo qual passava o então governador do Distrito federal, José Arruda, patrocinador principal do carnaval da escola naquele ano com cerca de R\$ 3 milhões. A Escola também passou ao largo de qualquer polêmica política que teve a cidade do planalto central como palco em seus 50 anos de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira parte do trabalho, que por ora finalizamos, mostrou o pouco dinamismo econômico do município nilopolitano quando inserido na realidade da RMRJ e na Baixada Fluminense. Tal desempenho pode ser entendido pela pouca expressividade das atividades do setor secundário na economia local, fato decorrente, por sua vez, da limitada extensão

territorial do município. Os desdobramentos socioeconômicos negativos da limitação territorial da cidade foram agravados pelo fato de Nilópolis pertencer a uma Região Metropolitana historicamente concentradora, como a do Rio de Janeiro. Apesar da estagnação econômica verificada na cidade, de sua renda per capita relativamente baixa e com uma população que cresceu 3.000% em 80 anos, os moradores da cidade têm um bom padrão de vida. O IDH de Nilópolis é de 0,788, um índice considerável para a realidade brasileira, mostrando que o desenvolvimento social não está, necessariamente, condicionado ao desenvolvimento econômico.

Nilópolis não apresenta relevância econômica no contexto estadual. Entretanto, é no aspecto cultural que a cidade ganha destaque por ser sede da Escola de Samba Beija-Flor, terceira maior vencedora do carnaval carioca com 12 títulos. Devido a sua importância como forjadora de identidade para os moradores da cidade, a agremiação passou a ser utilizada como ferramenta político-partidária pela família Abraão-Sessim, como procuramos mostrar na segunda parte desse trabalho.

Não é tarefa fácil responder com clareza se esse grupo dominou a instituição de maior força simbólica da cidade e, posteriormente, estendeu esse domínio ao governo municipal ou ao ter dominado toda a cidade, ocorreu, conseqüentemente, o domínio da agremiação. Entendemos haver uma retroalimentação entre essas possibilidades, dificultando sua separação. Se a presidência dessa instituição cultural não explica por si só o domínio político da cidade de Nilópolis, percebemos que ela maximizou as possibilidades partidárias do clã ao associar o nome de seus membros aos trabalhos sociais feitos pela agremiação, além do uso da Escola de Samba como vitrine para seus pares políticos. Porém, percebemos, também, que esse domínio não é tão absoluto assim, em alguns momentos ele sofre abalo como observado na última eleição municipal na qual o candidato do clã foi derrotado. Assim, é necessário pesquisas mais profundas que visem esclarecer se de fato as pessoas que veem a escola de samba como principal elemento formador da identidade nilopolitana necessariamente votam nos membros do grupo que a preside somente por essa condição.

O papel desempenhado pela agremiação na autoestima de seus moradores e na projeção da cidade é inegável. Devido a essa importância, mesmo prefeitos de oposição ao grupo sírio-libanês frequentam a quadra e quando estão no exercício do poder custeiam o desfile da Escola anualmente na principal avenida da cidade após o carnaval na Apoteose. Dessa maneira, é vital que essa agremiação represente a cidade plenamente e não somente uma parcela dela. Para isso ela necessita ser apartidária em sua gestão e multipartidária, quando possível, no enfoque de seus enredos. Politizar os enredos da agremiação, sem

tendências ideológicas patrocináveis, é preciso; politizar a agremiação, em prol dos seus gestores, não é preciso.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.
- ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Brasília: Editora de Brasília, 1985.
- BAÍA, Paulo Rogério dos Santos. **A Tradição Reconfigurada: Mandonismo, Municipalismo e Poder Local no Município de Nilópolis e no Bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006.
- BELOCH, Israel. **Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BEZERRA, Luiz Anselmo. **A Interferência Militar na Baixada Fluminense e o Domínio Familiar em Nilópolis**. Disponível em <www.encontro2010.rj.anpuh.org>.
- GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. **Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Separata da Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, nº 3- Ano XVI. jul/set. 1955
- IBGE. **Censo Demográfico**. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **A “Periferia” Metropolitana como Lugar do Trabalho: da Cidade-Dormitório à Cidade Plena**. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva; MARAFON, Glaucio José; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). Rio de Janeiro um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.p 133-151.
- SANT’ANNA JUNIOR, Daniel de. **O Samba como elemento formador da identidade do Município de Nilópolis, relações e interações dos moradores com a Escola de Samba Beija Flor**. (monografia de graduação). Duque de Caxias: FEB/UERJ, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.p 77-113.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. 1 ed. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.
- VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955.